



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS ABORDADAS NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE RIO LARGO-AL

SHIRLEY GILÓ SOBRINHO MARTINIANO
ROZILENE BELO BARROS DOS SANTOS

EIXO: 11. EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

RESUMO

Amplia-se a discussão sobre a infância e suas problemáticas, dos debates emerge a escola como espaço de formação das identidades, visto que as crianças passam um considerável tempo nessas instituições que são espaços de interação e vivências entre os diferentes sujeitos. Dentre os instrumentos legais preconizados pela nossa legislação educacional, esta o PPP como um projeto de mudanças. Diante de tantas discussões e reflexões quanto à escola, educação, criança, formação de identidade, questionamo-nos: que identidade é essa?

Qual o papel da escola?

Vemos o quanto a diversidade da sociedade brasileira, dentre estas as referentes ao segmento negro, mexe com nossa formação bem como norteia nossa forma de agir no que se refere à educação enquanto instrumento de mudança e formação da nossas crianças.

Palavras-chaves: Identidades; infância; Projeto Político Pedagógico.

RESUMEN

Amplia el debate sobre los niños y sus problemas, el debate surge la escuela, Como espacio de formación de identidades, ya que los niños pasan un tiempo considerable em estas instituciones que son espacios de interacción y experiencias entre los diferentes sujetos. Entre los instrumentos

jurídicos previstos por nuestra legislación educativa, el PPP con um proyecto de cambio. tantas discusiones y reflexiones en torno a la escuela, la educación, la formación de la identidad del niño. Nos preguntamos: ¿ que la intimidad es este. ¿Cuál es el papel de la escuela. Vemos cómo la diversidad de la sociedad brasileña, entre ellos los del segmento de negro ntromete con nuestra formación y nuestro guía del curso s acción con un respecto la educación como anti cambio y la formación instrumento de nuestros hijos.

Palabras clave: Identities; Niñez; Proyecto Político Pedagógico

Introdução

Sabemos que a construção do Projeto Político Pedagógico no ambiente escolar é um trabalho coletivo, que toda a comunidade escolar deve se envolver, participando da sua criação ativamente, tarefa essa que deve ser refletida e realinhada a cada ano, num diálogo constante da ação reflexão e ação.

E nesse repensar a escola de Educação Básica Manoel Soares de Souza, reconhece a necessidade de buscar novos olhares para as questões relevantes do seu cotidiano e que estão estreitamente vinculadas à reformulação do seu Projeto Político e Pedagógico como documento vivo, encarnando o desejo de sua comunidade escolar.

O momento de reformular tal projeto de acordo com suas necessidades pedagógicas, administrativas e financeiras conclama todos os sujeitos envolvidos no cotidiano escolar a contribuir na construção de uma escola cidadã. E é nesse momento que a escola vivencia uma gama de conflitos étnicos e raciais nas suas relações cotidianas e seus desdobramentos dentro e fora do espaço escolar. E então nos deparamos com o seguinte indagação: De que maneira a temática diversidade étnico racial pode contribuir dentro do Projeto Político Pedagógico nos aspectos práticos das relações escolar?

Considerando a realidade escolar com as ações e pretensões do educador e do aluno, os processos históricos que acompanham a construção do preconceito e a materialidade de ação do homem que diferencia um sujeito do outro pela sua condição social ou qualquer aspecto físico e econômico.

Uma das possibilidades para que estas práticas efetuem-se de fato, é que se constitui como proposta de construção coletiva do projeto pedagógico. Nele estão definidas as finalidades e necessidades dos alunos, professores, funcionários e comunidade escolar.

Por isso, não deve ser entendido como um documento acabado, mas sim, em construção, tendo em vista, que com o passar dos tempos algumas práticas precisam ser revistas e modificadas, pois

a cada momento surgem diferentes necessidades. E partindo dessa demanda de inovação, a escola pode no seu coletivo alcançar um nível mais elevado de parceria nas decisões coletivas.

Daí a responsabilidade de favorecer momentos em que haja a referência positiva a essa diversidade e que cada um seja importante do seu jeito. É fundamental agirmos de maneira que não haja um nivelamento, mas sim o reconhecimento das diversidades, tomando como referência a heterogeneidade e não a homogeneidade.

A escola de educação básica está desafiada a realizar uma revisão não só de posturas, valores, conhecimentos. Ainda nesse contexto quando olhamos os avanços que demarcaram a história das lutas de raças e etnias, ainda é notável o silêncio que permeia a necessidade de despertar o interesse dos educadores em avançarem na implementação do trabalho com questão étnico-racial.

Certamente que os avanços das pesquisas na área e a militância dos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, têm colocado em destaque as discussões aqui propostas, enquanto recorte do que se tem pesquisado. Isto tem contribuído para mudanças no cenário educacional – embora ainda lentas – ajudando a melhorar as práticas pedagógicas das educadoras e contribuindo com a construção de identidades positivas das crianças bem como aumentando a autoestima de professoras e crianças envolvidas no processo ensino-aprendizagem. **1 Para um início de conversa**

Data-se que a história do Ensino Fundamental no Brasil é demarcada ao longo dos anos por avanços e recuos. No contexto dos avanços ganham notoriedade os aspectos legais, normativos e pedagógicos que têm configurado o resultado pela luta por conquistas no que se referem à legitimidade da educação como um direito da criança. Não há dúvidas, entretanto, que as mudanças inerentes a estes aspectos estejam associadas às mudanças históricas, políticas, culturais e sociais, sobretudo no que se referem às concepções de criança, infância e educação.

Sendo assim, a Educação da infância deve ser entendida como um contexto bem mais amplo, tendo como papel fundamental o diálogo construtivo, de interação e formação integral da criança potencializando sua afirmação, aceitação e reconhecimento de si na sociedade na qual ela estar inserida. Nesse sentido a escola como espaço de formação humana tem papel fundamental na promoção do desenvolvimento integral da criança.

As modificações das configurações familiares o contexto histórico e as diferentes configurações de criança e escola permearam o fazer nas instituições de atendimento desde do ensino infantil até o fundamental.

Devido às inúmeras necessidades da sociedade nos últimos anos a ensino fundamental. tem-se

revigorado com políticas públicas voltadas para os direitos das crianças. O agente principal que antes era tido como o adulto em miniatura passa ao longo desse tempo a ser pensado como sujeito de direito e produtor de cultura.

Em seus primeiros anos de vida a criança vivencia experiências que favorecem o aprender a conviver com outras crianças interagindo e socializando-se nos mais variados espaços oferecidos pela família como: a rua, a igreja, a praça onde brinca dentre outros. Sob esta perspectiva, as experiências infantis na família têm procurado preparar a criança para novas relações humanas fora do espaço familiar. Nesse sentido Gomes (1995, p. 87) aponta que:

A criança, em idade bastante precoce, inicia sua aprendizagem de hábitos, usos, costumes, valores, papéis sociais e de gênero, atitudes e, sobretudo uma modalidade de língua materna, além de desenvolver as bases da personalidade e da identidade. Tudo isso acontece no interior do grupo doméstico, e que quase sempre já está bastante estabelecido antes de principiar sua vida escolar.

Dentro deste contexto pensamos na escola como um espaço de encontro das mais variadas culturas e que tem o desafio de respeitar as especificidades de cada indivíduo que faz parte desse processo, de modo a garantir os seus direitos sociais e seu desenvolvimento pleno.

Não há dúvidas de que a diversidade, a alteridade e as especificidades humanas estejam em tanta relevância no plano dos discursos sociais quanto na atualidade. Por outro lado, não é possível negar que, ultrapassando o plano dos discursos, ainda são fortes e presentes ações humanas que parecem ignorá-las ou negá-las, ou ainda reforçar atitudes primárias de preconceito e a não aceitação da diversidade como constitutiva dos ser.

Neste contexto, a escola tem enfrentado grandes desafios no que se refere à construção de um currículo que dê conta de legitimar esta diversidade, a alteridade e estas especificidades humanas.

O que se vê, em grande escala, retrata uma aparente desvalorização destas frente a demandas que têm parecido reforçadoras dos estereótipos de igualdade – não no sentido dos direitos – mas, na perspectiva de tornar iguais os padrões de normalidade. O que vem a fugir destes padrões de normalidade, em geral, cai na isca da marginalização social, educacional, moral, estética etc.

Sob esta perspectiva, diferir dos padrões de normalidade impostos social, política, econômica e pedagogicamente não é em si uma coisa simples. Fáceis de se ver os quantitativos de marginalização e exclusão – de diversas naturezas – não podem ser negados na atualidade. **2**

Formação Permanente do Profissional da Educação

Desta forma é de suma importância que em todas as fases da criança na escola a questão racial seja trabalhada de forma que as crianças percebam as diferenças e semelhanças entre si e no grupo do qual elas fazem parte, levando em consideração a valorização da imagem/corpo construindo uma identidade positiva do negro, acabando com estereótipos e a não aceitação da criança enquanto sujeito negro. De acordo com Oliveira e Abramowicz (2010, p. 222) *o racismo, na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado ou repugnado*. Logo, a formação da identidade étnico-racial vai sendo construída através de estereótipos construídos socialmente nas crianças desde muito pequenas dentro do espaço escolar.

Pensar na formação da identidade étnico-racial das crianças nos remete, portanto, à formação dos profissionais que atuam com as crianças. Por sua vez, Gomes, Gonçalves e Silva (2002) afirmam que as características pluriculturais e pluriétnica da sociedade brasileira devem ser consideradas pelas instituições de formação- universidades e Secretarias de Educação- para que se busquem construir propostas voltadas para uma Pedagogia da Diversidade.

E para que isso aconteça o docente deve estar preparado para lidar com a diversidade existente na escola e na sala de aula.

Partimos do pressuposto de que as cenas presenciadas no espaço da escola em questão são as mesmas vistas nos distintos espaços de educação, incluindo-se os de educação infantil, cenas estas que retratam as fragilidades nas relações dos sujeitos entre si, traduzidas em ações preconceituosas, discriminativas e negativas da diversidade humana. Isso é perceptível também nas ações que compõem a prática pedagógica de inúmeras escolas, quando parecem negligenciar a importância de ter em suas ações centrais um trabalho de reconhecimento, valorização e legitimação das diversidades, sobretudo as étnico-raciais. Estas fragilidades parecem ter em seus berços fissuras outras nas concepções de infância, de criança.

De outro modo, temos por hipótese que as concepções e as práticas pedagógicas personificadas em diferentes espaços de ensino formal, referentes à diversidade étnico-racial possam ser frágeis e ancoradas em conhecimentos empíricos construídos ao longo da história das relações de segregação social.

Nesse sentido, reiteramos a necessidade de resignificar dentro de um projeto de ensino pedagógico o pensar as práticas pedagógicas que contemplem a diversidade étnico-racial da escola, construindo elementos para minimizar futuros preconceitos e discriminação racial, a partir da valorização da diversidade humana, voltadas para eliminação de qualquer tipo de negação por parte de educadores e educandos envolvidos no processo educativo.

Sabendo que essa prática não seja uma receita de bolo, mas que favoreça a vivência entre crianças brancas e negras, ricas e pobres, ditas normais e notadamente diferentes etc. e que tenham suas características reconhecidas de maneira igualitárias seja na hora do banho, da alimentação, do sono e em todos os momentos que envolvam a prática pedagógica. Além disso, é necessário e indispensável o preparo dos profissionais para que possam estar aptos a resolverem os conflitos existentes na escola, incluindo-se os que se referem às questões étnico-raciais. **3 O processo de construção da identidade étnico-racial**

A discussão sobre a identidade humana aprofundou-se nestes últimos anos principalmente na área das ciências sociais. Sabe-se que o conceito de identidade pode ser analisado segundo diferentes perspectivas, sendo um conceito que abrange duas dimensões: a pessoal e a social. Essa identidade pessoal no nível individual tenta explicar como a pessoa se constrói psicologicamente e no nível coletivo seus aspectos socioculturais, também, moldam a noção de grupo. E todos esses aspectos direcionam o indivíduo no seu caminho determinando sua identidade social.

Com isso a ideia de pessoa foi construída lentamente através do tempo. Esse conceito hoje é associado ao sujeito, pessoa com nome, diferente das outras, sujeito único em sua historicidade, relacionando assim a construção da identidade à ideia de pessoa.

Em nossa história a aparição do sujeito/pessoa num contexto social vem acompanhado da linguagem seja ela verbal ou não e é através da comunicação quando o homem percebe que as suas ações provocam uma reação no outro.

A consciência de si, como pessoa, surge através das interações com os outros, e com o seu meio. Incorporando a reação do outro, suas atitudes passam a ser parte do seu comportamento, no seu grupo social. A consciência de si é resultante da adoção e experimentação do outro, assim uma construção social.

Nesse sentido a identidade é um elemento importante na constituição social do sujeito ela se constrói nos contextos histórico e social e está ligada aos referenciais coletivos de um grupo. A relação social é o elemento fundamental para sua concretização isto é, que essa formação de identidade é um processo inato ao ser humano. As identidades sociais constituem-se num jogo dialético entre indivíduos e sociedade. Para (Oliveira, 1976, p. 44) *essa identidades são construídas nas relações sociais, incluindo processos de identificação, também é a oposição e a diferenciação que permitem ao sujeito construir sua própria identidade*. No que se refere à construção da identidade étnica Teodoro (1987, p. 80) afirma que:

é necessária a preservação da memória coletiva dos vários grupos. Nesse caso a busca desta identidade implica o cultivo das tradições culturais do

grupo dominado e a releitura de sua História, a memória coletiva daqueles, cuja cultura não é dominante [...] A religião, os mitos, as lendas, a ideologia serão necessários a este processo de identificação cultural. Em sociedades multirraciais, o impedimento das manifestações inferioriza o grupo dominado, criando-lhe um distúrbio de identidade.

Para Goffman (1982), numa interação face a face, uma pessoa estranha ao grupo nos é apresentada, e imediatamente percebemos a cor de sua pele e seu sexo, atributos visíveis, sendo estes aspectos determinantes de sua identidade social.

É a cor da pele determinante na vida do sujeito. Nesse sentido, é importante reforçar que a negação de pertencimento da raça negra é muito grande havendo a necessidade de aproximação fenotípica do grupo branco.

Como válvula de escape desse processo, temos, por um lado a admissão do negro como negro, com a percepção de sua identidade enquanto tal, de modo a esquivar-se de maneira contra-hegemônica de toda forma de aculturação ou tentativa de impor-lhe elementos referentes a um "necessário embranquecimento" racial.

Assim, Goffman (1982) relaciona o conceito identidade social à ideia de estigma, termo grego que se refere a sinais feitos com cortes ou fogo no corpo de uma pessoa, avisando que o portador desses sinais era escravo, criminoso ou traidor. No contexto dessas relações, é necessário repensar o estabelecimento da necessidade de reconhecimento da pluralidade étnica, social, cultural etc., além de que ninguém deve ser dono de ninguém.

Não é muito lembrar que diariamente estamos interagindo uns com os outros e se essa interação é saudável então seremos aceitos. Ou seja, atingir uma imagem positiva resulta na construção da sua identidade.

É importante destacar que em muitos casos os negros buscam se aproximar o máximo possível do branco para aumentar seu reconhecimento social, numa perspectiva da mestiçagem, ocasionando a busca de uma "melhoria racial" com base na brancura, e, portanto, dentro de uma perspectiva marcada pela corrupção de identidades (MUNANGA, 2004).

Nessa análise, salientar a socialização primária, a família como determinante na construção da identidade. Família e escola, na infância do indivíduo, são encarregados dessa socialização e apreensão de mundo. Sendo a criança introduzida no seu meio por adultos, pais e outras pessoas, estes funcionam como agentes de suas culturas.

Logo que o indivíduo se torna membro de sua sociedade, são impostas a ele suas normas, que dirigem seu comportamento e suas ações. Essas fontes de controle social padronizam e direcionam o comportamento do indivíduo desde a infância. Do exposto, a construção da identidade do negro no Brasil, portanto, não se dá a partir da cor da pele, traços biológicos ou mesmo os fenotípicos entre os vários grupos da sociedade, exclusivamente.

Ela resulta do longo processo histórico e é relacionada à conjuntura excludente dessa sociedade que deixa de lado o caráter ideológico dessa identidade para o povo negro. Considerando-se que a construção da identidade infantil se inicia desde as primeiras experiências da criança com os outros sujeitos sociais, todo cuidado é pouco quando se trata destas questões. Nossa preocupação se justifica por entendermos que ainda são elevadas as implicações das imposições sociais dos adultos sobre as crianças, especialmente no que se refere à construção de sua personalidade e identidade.

4 Abordar a relação Étnico- Racial no Projeto Politico Pedagógico

A partir do entendimento de que a escola é espaço de descobertas, troca de experiências e aprendizagens diversas, defende-se que as instituições de ensino fundamental precisam abrir-se para realidade das crianças, respeitando e considerando em seus currículos e em suas práticas a diversidade, a alteridade e as especificidades dos grupos que as compõem. Desse modo, torna-se perceptível que essa criança negra que está inserida em um contexto social do qual a escola também faz parte e, assume uma

dimensão política que reflete na sala de aula. Levando em consideração a diversidade étnico-racial existente nesse espaço, discute-se em particular a criança negra que além de vivenciar os problemas cotidianos do ser criança, ainda vivencia outros problemas por causa da sua pertinência racial.

Sob esta perspectiva, percebe-se a necessidade de a criança construir uma visão de mundo, de respeito e reconhecimento da diversidade étnico-racial que faz parte da construção da nação brasileira. Nesse sentido é preciso trabalhar e estimular o respeito à diversidade racial no contexto escolar, desde as primeiras experiências da criança, já na primeira etapa da Educação Básica, pensando em futuros homens e mulheres capazes de conviver com o diferente respeitando-se mutuamente.

Cavalleiro (2000, p. 20) nos aponta que: "A despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores".

É aí que reside a preocupação que delinea a necessidade de discutir, refletir e vivenciar tais questões no bojo do Projeto Político e Pedagógico, por se tratar de um instrumento que abarca todo o funcionamento da escola, desde da discussão teórica, a construção das suas vontades e vai desaguar na sua *práxis*. Uma vez que consideramos que a escola deve garantir em seu currículo o espaço para a construção de relações multiétnicas e com as mais variadas manifestações da diversidade.

A importância das lutas e reivindicações dos movimentos sociais negros do Brasil foi reconhecido no ano de 2003. Visando construir um ensino democrático foi incorporada a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterando também a Lei nº 9.394/96 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Neste mesmo período foi sancionada a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

A referida Lei indica certa sensibilidade às reivindicações dos movimentos negros brasileiros. Entretanto, é importante destacar que sua obrigatoriedade não significa a sua implementação significativa nos estabelecimentos de ensino, sejam eles de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio ou mesmo no Ensino Superior. Nascimento (2007) reconhece:

O grande avanço que significa a Lei 10.639/2003, que visa fazer o resgate de nossa história e de nossa memória e torna-la patrimônio cultural de todo o povo brasileiro, mas tenho que elevar a minha voz para dizer que esta lei não está sendo cumprida, ou tem a sua implementação dificultada, por todos aqueles que não querem mudanças nas relações de dominação racial em nosso país.

O reconhecimento da Lei acima citada reforça a importância da força dos movimentos sociais negros no nosso país, que mesmo durante anos de buscas não desistiu frente aos obstáculos vivenciados pela grupo de pessoas que buscaram mudanças a partir da educação.

Amplia-se a discussão sobre a infância e suas problemáticas, dentre as quais as crescentes mazelas sociais e as desigualdades raciais presente na sociedade brasileira no pós-abolição. Dos debates emerge a escola como espaço de formação das identidades, visto que as crianças passam um bom espaço de tempo nessas instituições que são espaços de interação e vivências entre os diferentes sujeitos. A esse respeito Schutzer (2003) afirma que, a escola deve formar pessoas autônomas tanto moral como intelectualmente.

Diante de tantas discussões e reflexões quanto à escola, educação, criança, formação de identidade, questionamo-nos: que identidade é essa?

Qual o papel da escola?

Vemos o quanto a diversidade da sociedade brasileira, dentre estas as referentes ao segmento negro, mexe com nossa formação bem como norteia nossa forma de agir no que se refere à educação enquanto instrumento de mudança e formação da nossas crianças. Daí o entendimento de que a formação da identidade racial da criança está estreitamente ligada ao corpo (o eu) e a relação existente entre os diversos grupos sociais dos quais esta criança faz parte. Sob esta perspectiva, a ausência de referência positiva na vida da criança negra seja, por parte da família, da escola dos diversos espaços que ela frequenta muitas vezes leva para vida adulta uma auto-rejeição que atrapalha a sua vida cotidiana.

Não podemos deixar de lembrar as contribuições de Vygotsky (1984) que nos aproximam ainda mais da teoria do desenvolvimento humano eminentemente social. Considerando que a partir do contato social, em que, gradualmente, através de um processo de *internalização*, a criança vai tomando seu os modos de ação que inicialmente eram partilhados com os outros.

Nesse processo vemos emergir as fascinantes possibilidades existentes dentro da escola que só demonstram o quanto é importante o trabalho voltado para construção da identidade da criança desde pequena contribuindo pra formação de cidadãos capazes de conviver com as diferenças entre as pessoas.

Considerações finais

Refletir sobre as questões aqui propostas nos levaram a ampliar o horizonte de nossas reflexões, ao passo em que também fomos conduzidos pelo crescimento dos conflitos vivenciados pela criança na escola e fora da escola, como as questões relativas à diversidade étnico-raciais são concebidas pelos profissionais desse espaço escolar, bem como são tratadas no dia a dia em espaços de educação destinados ao atendimento do público infantil.

Isso se justifica pelo fato de olharmos os processos históricos, sociais, políticos e pedagógicos que possam tratar das questões referentes a estas concepções, resguardado o valor do olhar de cada ciência que possa vir a tratá-las. Assim, é inegável que os avanços nos campos sociais, políticos e pedagógicos são crescentes nas últimas décadas se considerarmos os aspectos legais e normativos que retratam tais avanços, traduzidos nos direitos outorgados às crianças.

Diante do que foi aqui construído, cabe-nos reafirmar o compromisso social, político e pedagógico com a promoção do desenvolvimento integral das crianças, considerando-se ser este um direito conquistado e reafirmado para todas as crianças, indistintamente. Reitera-se, portanto, a necessidade de que os distintos espaços de educação e, portanto, seus profissionais venham a repensar suas concepções e práticas de modo a garantir o lugar de importância das questões

étnico-raciais já desde a primeira infância.

Assim, como em grande parte das lutas pelos direitos, no que se refere à vida dos sujeitos que compõem os grupos dos marginalizados, as considerações aqui apresentadas fazem parte de um todo inacabado, de uma história a ser cotidianamente reescrita.

Referências

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF, SECAD/ME, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceitos e discriminação na educação infantil. São Paulo, Humanitas, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida Cotidiana**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1982

OLIVEIRA, C. A. **as desigualdades raciais revisitadas**. In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, ANPOCS, 1976.

MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagem e identidade afro-brasileira**. Cadernos PENESB, nº 1. Relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: Intertexto, 2004.

SCHUTZER, k. **IDENTIDADE NEGRA - Pesquisas Sobre o Negro e a Educação no Brasil**, ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, **2003**.

TEODORO, Maria de Lourdes - **Identidade, Cultura e Educação**. In: Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas "Raça Negra e Educação", São Paulo, Fund. Carlos Chagas, no. 63, novembro/1987

VYGOSTKY, L. **Estudos sobre a História do Comportamento**, Porto Alegre: Artmed, 1984.

* Graduada em pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Pedagoga – Semed/ Rio Largo.

**Mestre em Serviço Social – Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Faculdade de Serviço de Social.

***Graduada em pedagogia pela Ueneal, Especialista em Gestão e Planejamento Educacional – FATEC/ PE. Diretora de Ensino/Semed/Rio Largo.

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: